

Desafios e resistência à inclusão da questão de género no processo de paz do Afeganistão¹

Marta Silva²

Resumo

A politização da questão de género no Afeganistão, que teria também um papel na legitimação da intervenção norte-americana, coincidiu com uma maior consciencialização no seio das Nações Unidas para o impacto do conflito nas mulheres. No entanto, da mesma forma que o discurso americano de proteção da condição feminina e de defesa dos seus direitos tem vindo a ser dissecado, também as iniciativas internacionais e locais, de tentativa de inclusão das mulheres no processo de paz, por implicarem mudanças bruscas na forma como a sociedade afegã atribui papéis sociais de género, devem ser discutidas. Este artigo propõe uma avaliação de alguns destes programas, questionando o seu sucesso, a resistência da sociedade afegã à sua implementação, e apresentando sugestões para a sua potencialização de forma sustentável.

Palavras-chave: Afeganistão; construção da paz; questões de género; mulheres e conflito

Abstract

The politicization of the gender issue in Afghanistan, which played legitimizing role in the American intervention, coincided with an acknowledgement within the United Nations of the impact of conflict on women. However, and in the same way the American discourse on protection of the female condition and defense of women's rights has been analyzed, the local and international initiatives, which aim to include women in the peace process, by demanding abrupt changes in the way afghan society perceives gender roles, must also be discussed. This article proposes an evaluation of these programs, by questioning their success, the opposition

¹ Comunicação aprovada em processo de seleção científica, apresentada pela doutoranda Marta Silva no IV Colóquio dos Doutorandos do CES – realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2013 – na Linha Temática 12 do evento “*Relações Internacionais e seus contextos: entre a(s) teoria(s) e a(s) história(s)*” na mesa 12.2 “*Nacionalismos, Identidades e Género*”.

² Licenciada, em 2005, em Línguas e Relações Internacionais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e mestre, desde 2009, pela mesma instituição, embora com componente lectiva realizada na Universidade do Minho. Actualmente a frequentar o doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos e interessada no processo de paz israelo-palestiniano, na construção de identidades nacionais, da tradição e memória e no movimento nacionalista árabe.

Filiação Institucional: Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal.

found in the afghan society, and by presenting suggestions that may potentiate them in a sustainable way.

Keywords: Afghanistan; peace building; gender issues; women and conflict

Introdução

Quase treze anos depois da invasão americana do Afeganistão, e com as recentes notícias sobre a intensificação da violência sobre mulheres no país no último ano, torna-se urgente lançar um olhar crítico sobre as políticas de igualdade de género que têm vindo a ser desenvolvidas.

Compreender as dinâmicas de género do processo de reconstrução e de paz do Afeganistão exige, não só um recuo histórico à invasão do país em 2001, como um entendimento das prévias relações com os EUA e qual o papel destas no revivalismo dos movimentos fundamentalistas islâmicos no país e consequente deterioração do papel da mulher na sociedade afegã. Ignorar o contexto histórico que levou à eclosão da guerra civil durante a década de 90, e que colocaria os *taliban* no poder, seria assumir que existe uma predisposição na sociedade afegã e no Islão para a subjugação da mulher, ao mesmo tempo que se ignora o fator internacional e se desresponsabiliza os atores externos.

Foi ainda na década de 50 que, cientes do charme diplomático que a URSS lançava sobre o Afeganistão, os EUA lançaram um programa de ajuda económica, mantendo, no entanto algum afastamento relativo, por exemplo, à cooperação militar. Esta iniciativa foi gradualmente abandonada e, durante a década de 70, a ajuda económica norte-americana tinha sido severamente reduzida, dos 50 milhões iniciais para os 15 milhões de dólares (Pinto, 2008: 229).

Contrariamente ao afastamento norte-americano, a URSS reforçou a sua influência no país, atuando nos bastidores dos golpes de Estado de 1973 e de 1978. Estes planos não eram estranhos aos serviços secretos norte-americanos, que estariam conscientes da iminência de uma invasão soviética, embora recusando atuar de forma preventiva.

Ainda assim, a concretização da invasão soviética foi apresentada pelo Presidente Jimmy Carter como uma ameaça à segurança do Irão e do Paquistão, uma tentativa de

controlar as reservas de petróleo e um esforço deliberado por parte de um “governo profundamente ateísta para subjugar uma população islâmica independente.” (Carter, 1980).

Maria do Céu Pinto argumenta que, à semelhança do restante historial americano no Médio Oriente, o caso do Afeganistão foi ditado por objetivos a curto-prazo e pela preocupação exclusiva com a presença soviética. A perceção de ameaça que pairava sobre a administração Carter acabaria, portanto, por conduzir os americanos a uma atuação fracamente planeada, sem estudo sobre os intervenientes e dinâmicas a operar no conflito. Este descuido culminaria com o apoio concedido aos *mujahideen*, parte importante da resistência afegã, que suscitaria tardio arrependimento por parte das lideranças americanas.

A interiorização forçada dessa lição chegaria com os atentados de 11 de setembro de 2001, aos quais a administração Bush respondeu, quase de forma imediata, com um processo de identificação da ameaça, associando o regime taliban no poder, no Afeganistão, com a Al Qaeda, a operar a partir daquele território.

No entanto, paralelamente, um outro discurso, que ficaria associado à então primeira-dama, Laura Bush, identificava mulheres e crianças afegãs como vítimas ocultas de um regime, que necessitavam de proteção e libertação.

Dois meses depois, no decorrer da operação *Enduring Freedom*, e dirigindo-se aos americanos, a situação das mulheres no discurso americano surgia como promissora:

“Graças às recentes vitórias militares no Afeganistão, as mulheres já não se encontram presas nas suas casas. Podem ouvir música e ensinar as suas filhas sem recearem castigo. Mas os terroristas que ajudaram na governação do país, preparam-se e planeiam em muitos outros países. E devem ser parados. A luta contra o terrorismo é também a luta pelos direitos e pela dignidade das mulheres.” (Bush, 2001)

Apesar de secundário, relativamente ao discurso de apresentação dos ataques enquanto investidas contra a liberdade e o modo de vida americano (ver, por exemplo, George W. Bush, “Address to the Nation”, 11 de Setembro de 2001), ignorar as dinâmicas de género que operaram nesta situação, seria comprometer parte vital da análise da “guerra contra o terror”. Como explica Laura Shepherd,

“Existem mecanismos complexos e problemáticos de género a atuarem aqui, que acredito serem centrais para compreender como foi possível pensar, fazer e, até determinado ponto, tornar inevitável o bombardeamento Americano do Afeganistão, como castigo pelos crimes atribuídos à Al Qaeda.” (Shepherd, 2006: 20).

Nesse sentido, a discussão sobre o uso obrigatório da burqa foi essencial, por carregar com ele um discurso que apelava, não só à proteção da mulher afegã, como a uma postura defensiva perante a possibilidade do mesmo poder vir a acontecer a Ocidente, se os EUA sucumbissem perante o terrorismo. Além de criar uma imagem redutora da mulher afegã, associando a sua opressão a uma mera questão religiosa, deu também espaço para que os EUA surgissem como civilizados face a uma sociedade que necessitaria da sua ajuda para atingir semelhante patamar de progresso.

Desenvolvimento, segurança e questões de género: um nexó frágil e questionável

Da mesma forma que o discurso paternalista americano relativo à condição da mulher afegã deve ser analisado de forma crítica, não só desmascarando as verdadeiras intenções da administração Bush, como também culpabilizando as sucessivas e irrefletidas políticas americanas que permitiram a ascensão do extremismo islâmico na região, também o sucesso proclamado pela comunidade internacional, relativo à promoção da participação feminina na construção da paz em sociedades flageladas pelo conflito e, em particular, no Afeganistão, deve ser questionado.

Primeiramente, porque existiu sintonia entre a pressão realizada pela ONU para a integração das mulheres neste projetos e a invasão americana do Afeganistão, e assumir que tal se tratou apenas de um mero acaso poderá inibir uma visão honesta desta questão e comprometer a análise das dinâmicas de género neste conflito, como Shepherd alerta.

Em segundo lugar, porque a postura internacional é resultado de uma sinergia entre três entendimentos, de natureza e intenção discutível, apresentados sob um manto de inevitabilidade e mútua dependência: a criação de um nexó entre segurança e desenvolvimento, a maior fragilidade das mulheres em situações de conflito e a relação entre a violência sistemática sobre estas e a escalada de violência generalizada.

O reconhecimento, por parte das Nações Unidas, do impacto que as guerras exercem sobre as mulheres começou no início do milénio, acompanhado da necessidade de promoção da sua emancipação (no sentido de as libertar de constrangimentos que as impeçam de alcançar todo o seu potencial), de forma a aliviar tensões que persistem no meio das sociedades.

Simultaneamente, e também no âmbito da organização, foi sendo alimentado um consenso de que a paz e a segurança estão diretamente relacionados com o grau de desenvolvimento das sociedades:

“A prevenção de conflito e o desenvolvimento sustentável e equitativo são atividades que se reforçam mutuamente. O investimento em esforços nacionais e internacionais de prevenção de conflitos deve ser visto como um investimento simultâneo num desenvolvimento sustentável, uma vez que o segundo terá melhores resultados num ambiente de paz sustentável.” (A/55/985-S/2001/574, 2001: 2)

Segundo esta perspetiva, países que não cumpram padrões de crescimento económico e de democratização, estão mais suscetíveis de serem palco de violência, constituindo ameaças para toda a comunidade internacional. Esta proposição está longe de ser consensual: ainda que faça parte, de forma mais ou menos implícita, de todos os documentos oficiais e políticas das organizações internacionais, existem autores que questionam a sua validade, oferecendo exemplos de Estados em que tal não se verifica e enquadrando-a em relações de desigualdade Norte-Sul (Sen, 2008; Duffield, 2010; Chandler, 2007).

Paradoxalmente, e embora a década de 90 tenha alertado para os custos humanos, económicos e políticos da não-prevenção, os Estados e, subsequentemente, as organizações que integram, estes mostram-se ainda relutantes quanto à disponibilização de recursos para neutralizar conflitos que ainda não se materializaram.

Consequentemente, autores que estudam as dinâmicas de género nas Relações Internacionais, embora reconhecendo uma maior predisposição dos Estados para a cooperação, e admitindo uma consciencialização crescente relativamente ao impacto da guerra sobre as mulheres, alertam para a pouca relevância dada ao papel que estas podem desempenhar no processo de paz (Shoemaker, 2002: 28), ou pela opção

frequente de reforçar a sua vitimização, negando-lhes a agência e deixando-as sem papel na afirmação das suas próprias capacidades e contributos (Abirafeh, 2009: 29; Chowdry e Nair, 2004: 20).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas garante ter descoberto uma relação íntima entre violência estrutural sobre mulheres e escalada de violência nas sociedades (S/RES/1325, 2000), uma correlação a que o Secretário-Geral correspondeu, dois anos depois, com o relatório “Women, Peace and Security”, onde previa, entre outras medidas, uma presença feminina reforçada nas operações da organização, a criminalização da violência física exercida sobre as mulheres, e a inclusão de iniciativas locais.

Na prática, contudo, isto significa que Estados e organizações internacionais têm mantido o monopólio das respostas, excluindo aqueles que mais são afetados pelo conflito: os cidadãos. No caso particular das mulheres, a situação é ainda mais gritante por, na maioria das situações, estas não estarem devidamente representadas nos órgãos políticos, a nível nacional e internacional. Mesmo quando essa representatividade aparenta estar presente, como no caso do Afeganistão, há que questionar a qualidade da mesma e perceber se esta se articula verdadeiramente com o contexto social em que se insere.

O estudo de caso afegão

O Afeganistão é, de fato, o estudo de caso mais paradigmático, devido à ampla politização da questão do género, que permitiu associar a intervenção norte-americana a um discurso de proteção da condição feminina e de defesa dos seus direitos. Cynthia Enloe refere-se a esta preocupação desenvolvida no seio da sociedade americana pós-11 de Setembro como um processo de militarização da mulher afegã (Enloe, 2004: 147). Este discurso, que contribuiu, a Ocidente, para a legitimação da intervenção, tem encontrado continuidade num conjunto de programas que visam a promoção do desenvolvimento, através da correção de desequilíbrios entre géneros.

Desta forma, no período pós-intervenção, a comunidade internacional, confrontada com a responsabilidade de reconstruir o Afeganistão, optou por manter a questão de

género na agenda, alertando para disparidades no acesso a cuidados de saúde, educação e poder político, e estabelecendo uma ligação entre acesso a emprego e formação ao crescimento económico do país (Banco Mundial, 2005: 116-117).

É, no entanto, indispensável fazer uma distinção entre aquilo que pode ser traduzido em políticas de desenvolvimento, nas áreas da saúde e da educação, colmatando necessidades reconhecidamente essenciais e transversais a todas as sociedades, e aquelas que implicam alterações fundamentais nas estruturas destas, e que podem ser resultado de uma visão ocidentalizada daquilo que se considera ser o papel da mulher. É o caso, por exemplo, do reforço da sua participação política e do reconhecimento da igualdade de género na Constituição afegã, realizados de forma artificial e brusca, sem que tenham sido acompanhados de mudanças significativas ao nível dos papéis e perceções sociais. Estas iniciativas têm sido ativamente defendidas e promovidas, não só por atores estatais com interesse ou presença na região ou por organizações internacionais, como as Nações Unidas ou a Nato, como também por organizações não-governamentais.

Apesar de o Afeganistão não estar ainda em fase de pós-conflito, permanecendo tensões e disputas étnicas óbvias, contrastantes com a aparente regularidade ao nível das instituições políticas, têm sido realizados alguns esforços, no sentido de incluir as mulheres no processo de paz. Gunnar Theissen é da opinião de que estas atividades podem ser potencializadas se incluírem todos os indivíduos e forem construídas sobre “identidades que ultrapassem as linhas do conflito, como as de género ou ocupação profissional” (Theissen, 2004: 9). No entanto, não avança alternativas para situações em que as mulheres, enquanto coletividade, estejam em desvantagem, limitando-se a alertar para a possibilidade do uso de sistemas tradicionais de justiça refletirem dinâmicas de poder, que prejudicam os mais desprotegidos (Theissen, 2004: 4).

Relativamente aos projetos de primeiro nível (que vão desde a mera ajuda humanitária à promoção do acesso a cuidados básicos de saúde, educação e criação de emprego) os esforços têm sido efetuados local e internacionalmente, embora o diálogo entre os dois se mantenha de forma *ad hoc*. Na grande maioria das vezes, programas operados ao nível local encontram-se sob os auspícios de organizações não-

governamentais que, não tendo recursos financeiros, e dependendo de trabalho voluntário, não têm capacidade para resolver questões estruturais.

É o caso de quatro organizações a operar em território afegão (Revolutionary Association of the Women of Afghanistan; Humanitarian Assistance for the Women and Children of Afghanistan; Afghanistan Independence Peace Development Organization; Afghan Women's Educational Center), com programas que incluem a assistência humanitária, o acesso à educação e a cuidados de saúde e a criação de oportunidades de emprego. Tendo sido criadas num período anterior ao da intervenção norte-americana, todas estabelecem uma relação entre oportunidades laborais para mulheres e a sua independência e emancipação. No entanto, apenas a primeira, a RAWA, tem uma componente política consideravelmente vincada, colocando a responsabilidade para os desequilíbrios sociais no Afeganistão sobre os diferentes regimes fundamentalistas que governaram, e governam, o país.

No plano internacional, tem sido a ONU que mais tem apostado em programas de combate à desigualdade de género, por oposição ao Banco Mundial que, até à data, lançou apenas um programa focado diretamente em jovens mulheres, no sentido de lhes permitir acesso à educação, o *Adolescent Girls Initiative*.

Nesse sentido, a ONU tem desenvolvido projetos em áreas complementares como a justiça, a governação, os direitos económicos e a segurança, através da UN Women, a entidade que promove a igualdade de género e a inclusão das mulheres em todo o mundo.

Questionando o discurso do sucesso: desafios e resistência na sociedade afegã

Quando, em Dezembro de 2011, dez anos depois do início do conflito, os Estados se reuniam em Bonn para preparar o processo de estabilização do país, as Nações Unidas saudaram os esforços das ativistas afegãs para manter a questão de igualdade de género na agenda do processo de paz e de transição do país. Meses antes, a *Afghan Women's Network*, uma plataforma criada em 1995, com o objetivo de fazer convergir os diferentes movimentos de promoção dos direitos das mulheres, havia organizado um conjunto de reuniões, em diferentes locais do país, no sentido de ouvir as preocupações e sugestões da mulher afegã comum.

Apesar dos progressos que são frequentemente descritos no discurso político (valerá a pena lembrar o otimismo da primeira-dama norte-americana apenas dois meses depois da invasão dos EUA), seria crucial estender este diálogo entre os dois níveis e a outras circunstâncias, embora considerando algumas condicionantes fundamentais: em primeiro lugar, o fato dos programas de emancipação feminina serem disputados, não só entre os níveis nacional e internacional, como também internamente, entre as iniciativas locais. Em segundo lugar, quebrar com a noção de que os projetos de programas locais funcionam sem mácula, não contendo qualquer agenda política (como frequentemente é discutido no plano das organizações internacionais), o que impede que se tenha em consideração o contexto em que eles foram criados, o tipo de ajuda que receberam e quem contribuiu para a sua criação. Esta reformulação não retirará por completo a noção de que resiste, entre as mulheres afegãs, a vontade de mudança, mas ajudará a questionar de que forma iniciativas, aparentemente criadas por mulheres e para mulheres, podem encontrar tanta resistência por parte da sociedade e, até mesmo, por parte das mulheres afegãs.

Têm sido realizados progressos relativamente ao acesso a cuidados básicos de saúde, assim como ao acesso a educação e formação: segundo dados da Amnistia Internacional, programas focados em saúde materno-infantil, ajudaram a reduzir as taxas de mortalidade em 26%, em comparação a 2002; das sete milhões de crianças a frequentar a escola em 2010, 37% eram já do sexo feminino.

Contudo, como sugerem dados do Ministério Afegão dos Assuntos das Mulheres, 57% das mulheres afegãs casam-se ainda antes dos 16 anos, e a literacia entre as mulheres situa-se ainda nos 15,8%. No meio rural, a taxa de iliteracia feminina aumenta para 90%. A persistente discriminação de que são vítimas relega-as para um plano de pobreza mais agravante que o dos homens, que se manifesta em comida de menor qualidade e quantidade, dentro dos agregados familiares, e à sujeição a trabalhos não remunerados, entre raparigas dos 7 aos 14 anos.

A combinação de fatores como a pobreza extrema, a fragilidade da sua saúde (que coloca o Afeganistão numa curta lista de países em que a esperança média de vida das mulheres é inferior à dos homens), e os limites impostos à sua educação, têm

consequências no acesso a recursos económicos, como capital e terras, mas também na desvalorização do trabalho que elas produzem.

É por isso importante, tanto quanto inevitável, na análise do sucesso da implementação dos programas, juntar o fator islâmico à equação. Se a associação de um regime a uma religião é insuficiente para retirar ilações quanto a níveis de democratização e igualdade de oportunidades, no caso afegão, o Islão tem uma forte influência na construção da identidade de género que, por sua vez, é fruto de um processo de sociabilização. No fundo, a religião é marcante na forma como os indivíduos são educados para assumir papéis sociais distintos, e ajuda na reprodução das perceções que homens e mulheres têm uns dos outros, e de si mesmos.

Embora os programas pareçam estar conscientes da resistência que o fator religioso possa criar, parece não existir articulação com o plano prático. A intervenção americana no sentido da libertação feminina no Afeganistão, assim como os programas internacionais que foram posteriormente desenvolvidos, partem do princípio que as mulheres afegãs estarão, *a priori*, recetivas a esta presença, independentemente da persistência da politização do fator género

“No que diz respeito a papéis de género no Afeganistão, estes são desenvolvidos em termos de separação e complementaridade, não igualdade. Ou seja, homens e mulheres têm os seus papéis definidos e o papel de subserviência da mulher está formatado para complementar o papel superior do homem. Assim, os valores basilares e tradicionais afegãos não são consistentes com a busca pela igualdade entre géneros.” (Manganaro e Alozie, 2011: 516).

Ou seja, qualquer programa que promova o *empoderamento* (conceito ao qual o *National Action Plan for the Women of Aghanistan*, promovido pelo Ministério Afegão para os Assuntos das Mulheres, parece ser permeável), deve encontrar um equilíbrio entre dois fatores: por um lado, o abandono do estereótipo de vítima, que tem significado a exclusão automática da mulher do processo de paz e, conseqüentemente, de recursos importantíssimos em situação de pós-conflito. Ainda que na clandestinidade, as quatro organizações afegãs acima referidas, estão em funcionamento desde a década de 70, provando que existia uma consciência quanto à

questão do género, previamente à intervenção.³ Simultaneamente, as mulheres afegãs sempre foram essenciais em assegurar a saúde e a educação das crianças e garantiram a existência de redes de contacto entre grupos étnicos durante a guerra.

Por outro lado, estas não são ainda representativas da maioria das mulheres afegãs e falta reconhecer verdadeiramente a resistência interna a possíveis mudanças no papel que poderão assumir na sociedade, facilmente verificável quando se analisa a qualidade da participação política feminina, que tanto tem vindo a ser incentivada.

Em 2008, as mulheres afegãs ocupavam já 28% dos lugares disponíveis no parlamento, um valor acima do verificado, por exemplo, dos EUA e da Grã-Bretanha, os Estados que lideraram a invasão do país, recorrendo (também) a um discurso da proteção da mulher afegã.

No entanto, esta presença significativa, apenas proporcionada pela imposição de quotas, não impediu que, em Maio de 2013, o órgão reprovasse uma lei de proteção das mulheres, rejeitando, entre outros, a criminalização das violações e da definição da idade mínima de 16 anos para a realização de casamentos.

Esta rejeição, apoiada inclusive por algumas deputadas afegãs (Lemmon 2013), pode significar que, além do aparente sucesso dos programas, existem dinâmicas sociais que têm sido propositadamente ignoradas pelos autores destes programas, e que seria fulcral um trabalho mais intensivo – embora cuidadoso - junto da sociedade no seu todo, no sentido de alterar as conceções sobre géneros e os seus papéis sociais.

Considerações e conclusões

Shoemaker e Zuckerman e Greenberg apressam-se a sugerir uma maior articulação entre as organizações locais e organizações internacionais, com recursos que permitem a implementação de mudanças estruturais. No entanto, e apesar de se tratar de uma sugestão pertinente, esta relação, em sociedades fragmentadas como a do Afeganistão, não pode ser feita de forma linear, nem resolverá as questões de fundo que teimam em desmistificar o Afeganistão como sucesso no que toca a direitos

³ Neste contexto, “intervenção” remete para intervenção física. Como já foi referido anteriormente, ainda antes da invasão soviética de 1980, o Afeganistão já era diplomaticamente disputado por soviéticos e americanos, pelo que o impacto destas relações na formatação destes movimentos deve ser considerado.

das mulheres. Assim sendo, são agora apresentadas quatro iniciativas potencializadoras dos programas e recursos já disponibilizados:

1- Maior investimento na educação sobre a forma como os papéis sociais de homens e mulheres são atribuídos: Mais do que qualquer condicionante biológica, são os processos de sociabilização que definem formas de comportamento de uns e de outros, e as reações que a sociedade terá em relação a comportamentos que fogem ao que é socialmente aceitável. Tal implica, naturalmente, a extensão de alguns destes programas ao sexo masculino, uma vez que será contraproducente ou, no mínimo, ineficiente, colocar o fardo de mudanças de representação/percepção exclusivamente sobre o grupo mais afetado.

2- Mais apoio a programas locais, garantindo o mínimo de interferência de organizações internacionais: apesar do relativo sucesso de programas financiados pela ONU em questões de direitos básicos, o trabalho de ativistas afegãs desde a década de 70 deve ser valorizado e apoiado. Mais ainda, mudanças na sociedade civil são mais bem-sucedidas quando partem de movimentos indígenas, “from below”, ao contrário de iniciativas proporcionadas pelo exterior. A experiência de Abirafeh, uma ativista e académica libanesa, no Afeganistão, como ela própria explica, é ilustrativa da importância de relações de confiança e proximidade (Abirafeh, 2009: 4). Tal não invalida, naturalmente, que os próprios mecanismos locais não sejam questionados

3- Mais pressão sobre o regime: a secularização de um Estado pode não estar diretamente relacionada com a questão de igualdade de género, mas a abertura dos líderes políticos na abordagem a estas questões é essencial. No caso do Afeganistão, Hamid Karzai aprovou, em 2009, a lei de proteção às mulheres que agora foi rejeitada mas, em 2012, apoiou um código de conduta, segundo o qual os maridos teriam liberdade para exercer violência, em determinadas situações, e previa a segregação de género em escolas e espaços de trabalho. Esta postura cria, obviamente, dúvidas quanto ao compromisso do regime afegão na criação de igualdade de género, e suspeitas quanto ao que poderá acontecer após a retirada do país.

4- E, por último, a aproximação da questão de género às reivindicações de outros grupos marginalizados: uma preocupação levantada por Chowdry e Nair, quanto à proliferação das vozes feministas nas RI, e da sua relutância em associar a sua causa à

de populações colonizadas, minorias étnicas, classes trabalhadoras, etc. É importante não esquecer que a luta pela emancipação da mulher afegã surgiu, a Ocidente, envolvida num discurso imperialista, para justificação de uma intervenção militar; mas, mais perigoso que temer a exportação de modelos ocidentais de comportamento feminino, é correr o risco de naturalizar a natureza violenta das relações de género no Afeganistão, e banalizar números que apontam, por exemplo, para a possibilidade de 87% das mulheres do país serem ainda vítimas de violência doméstica. Consequentemente persistir em reduzir situações de rutura social no Afeganistão a uma mera questão de género, recusando enquadrar a segurança feminina no âmbito dos Direitos Humanos, pode comprometer o processo de paz no seu todo, e mascarar outro tipo de violências.

Referências bibliográficas

A/55/985-S/2001/574 (2001) UN Report of the Secretary-General, Prevention of Armed Conflict, Agenda item 10, 7 de Junho de 2001

S/RES/1325 (2000), Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, de 31 de Outubro de 2000

Abirafeh, Lina (2009), *Gender and International Aid in Afghanistan: The Politics and Effects of Intervention*. Jefferson: McFarland

Banco Mundial (2005), *Afghanistan National Reconstruction and Poverty Reduction - the Role of Women in Afghanistan's Future*, Washington D.C. Consultado a 13-05-2013, em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/8486>

Bush, George W. (2001), "Address to the Nation on the Terrorist Attacks", 11 de Setembro de 2001, consultado a 13-05-2013, em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=58057>

Bush, Laura (2001), "Radio Address by Mrs. Bush", 17 de Novembro de 2001, consultado a 13-05-2013, em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=24992>

Carter, Jimmy (1980), "Address to the Nation on the Soviet Invasion of Afghanistan", 4 de Janeiro de 1980, consultado a 28-01-2014, em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=32911>

Chandler, David (2007), "The security-development nexus and the rise of 'anti-foreign policy'." *Journal of International Relations and Development*, 10, 362-386

Chowdry, Geeta e Nair, Sheila (2004), *Power, Postcolonialism and International Relations: Reading Race, Gender and Class*. Londres: Routledge

Duffield, Mark (2010). "The Liberal Way of Development and the Development–Security Impasse: Exploring the Global Life-Chance Divide", *Security Dialogue*, 41(1), 53-76.

Enloe, Cynthia (2004), *The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire*. Berkeley: University of California Press

Lemmon, Gayle (2013) "Worrying Signs Afghan Women's Rights Will Slip After U.S. Departure", *The Atlantic*, 20 de Maio de 2013

Manganaro, Lynne e Alozie, Nicholas (2011), "Gender Role Attitudes: Who Supports Expanded Rights for Women in Afghanistan?", *Sex Roles*, 64, 516-529

Pinto, Maria do Céu (2008), *'Infiéis na Terra do Islão': os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia

Sen, Amartya (2008), "Violence, Identity and Poverty", *Journal of Peace Research*, 45(1), 5-15

Shepherd, Laura (2006), "Veiled references: Constructions of gender in the Bush administration discourse on the attacks on Afghanistan post-9/11", *International Feminist Journal of Politics*, 8(1), 19-41

Shoemaker, Jolynn (2002), "In War and Peace: Women and Conflict Prevention", *Civil Wars*, 5(1), 27-54

Theissen, Gunnar (2004) "Supporting Justice, Co-existence and Reconciliation after Armed Conflict: Strategies for Dealing with the Past". Consultado a 13-05-2013, em <http://www.berghof-handbook.net>

United Nations (2002), "Women, Peace and Security", *Study submitted by the Secretary-General pursuant to Security Council resolution 1325*

Zuckerman, Elaine e Greenberg, Marcia (2004), "The gender dimensions of post-conflict reconstruction: an analytical framework for policymakers", *Gender and Development*, 12(3), 70-72